



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

LIDERANÇAS – 2013

BLOCO TRANSPARÊNCIA E RESULTADO - BTR - (COLIGAÇÃO PSDB - PSD - DEM - PEN - PHS - PPS - PR - PRTB - PTdoB)

Líder: Deputado Lafayette de Andrada
Vice-Líderes: Deputada Ana Maria Resende, Deputados Bosco, Rômulo Viegas e Fred Costa.

BLOCO AVANÇA MINAS - BAM - (COLIGAÇÃO PV - PTB - PSC - PSB - PP - PMN - PTC - PCdoB)

Líder: Deputado Tiago Ulisses
Vice-Líderes: Deputado Inácio Franco

BLOCO MINAS SEM CENSURA - MSC - (COLIGAÇÃO PT-PMDB - PRB)

Líder: Deputado Sávio Souza Cruz
Vice-Líderes: Deputados Gilberto Abramo, Pompílio Canavez, Rogério Correia, Vanderlei Miranda e Deputada Maria Tereza Lara

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA - PDT

Líder: Deputado Carlos Pimenta.
Vice-Líder: Deputado Sargento Rodrigues

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Gustavo Valadares

LIDERANÇA DA MINORIA

Líder: Deputado Paulo Guedes

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Deputado Bonifácio Mourão.
Vice-Líderes: Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Deiró Marra, Duarte Bechir, Leonardo Moreira e Luiz Henrique.

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo Corrêa	BTR	Presidente
Deputado Inácio Franco	BAM	Vice-Presidente
Deputado Leonardo Moreira	BTR	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT	(vaga cedida pelo BTR)
Deputado Antônio Carlos Arantes	PT	
Deputado Rogério Correia	PMDB	
Deputado Ivair Nogueira		

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Jayro Lessa	BTR	
Deputado Juarez Távora	BAM	
Deputado Célio Moreira	BTR	
Deputado Tenente Lúcio	PDT	(vaga cedida pelo BTR)
Deputado Romel Anízio	BAM	
Deputado Ulysses Gomes	PT	
Deputado Sávio Souza Cruz	PMDB	

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 15h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Paulo Lamac	PT	Presidente
Deputada Luzia Ferreira	BTR	Vice-Presidente
Deputado Pompílio Canavez	PT	
Deputado João Leite	BTR	
Deputado Carlos Pimenta	PDT (vaga cedida pelo BTR)	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Almir Paraca	PT	
Deputado Rômulo Viegas	BTR	
Deputado Paulo Guedes	PT	
Deputado Fábio Cherem	BTR	
Deputado Lafayette de Andrada	BTR	

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sebastião Costa	BTR	Presidente
Deputado Leonídio Bouças	PMDB	Vice-Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	
Deputado Luiz Henrique	BTR	
Deputado Duilio de Castro	BAM	
Deputado Gustavo Perrella	PDT (vaga cedida pelo BAM)	
Deputado André Quintão	PT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Lafayette de Andrada	BTR	
Deputado Gilberto Abramo	PRB (vaga cedida pelo PMDB)	
Deputado Bonifácio Mourão	BTR	
Deputado Gustavo Corrêa	BTR	
Deputado Romel Anízio	BAM	
Deputado Tiago Ulisses	BAM	
Deputado Rogério Correia	PT	

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras - 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Elismar Prado	PT	Presidente
Deputada Luzia Ferreira	BTR	Vice-presidente
Deputado Luiz Henrique	BTR	
Deputado Tiago Ulisses	BAM	
Deputado Carlos Mosconi	BTR	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Almir Paraca	PT	
Deputado Lafayette de Andrada	BTR	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	BTR	
Deputado Rômulo Veneroso	BAM	
Deputado Zé Maia	BTR	

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:



Deputado Rômulo Veneroso	BAM	Presidente
Deputado Fred Costa	BTR	Vice-Presidente
Deputada Liza Prado	BAM	
Deputado Duílio de Castro	BAM	
Deputado Adalclever Lopes	PMDB	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Lafayette de Andrada	BTR	
Deputado Romel Anízio	BAM	
Deputado Braulio Braz	BAM	
Deputado Tiago Ulisses	BAM	
Deputado Vanderlei Miranda	PMDB	

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras - 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Liza Prado	BAM	Presidente
Deputado Cabo Júlio	PMDB	Vice-presidente
Deputada Ana Maria Resende	BTR	
Deputado Glaycon Franco	BTR	
Deputado Almir Paraca	PT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Carlos Arantes		
Deputado Leonídio Bouças	PMDB	
Deputado Fred Costa	BTR	
Deputado Doutor Wilson Batista	BTR	
Deputada Maria Tereza Lara	PT	

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval Ângelo	PT	Presidente
Deputado Rômulo Viegas	BTR	Vice-Presidente
Deputado Rogério Correia	PT (vaga cedida pelo PDT)	
Deputado Sebastião Costa	BTR	
Deputado Zé Maia	BTR	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria Tereza Lara	PT	
Deputado Bonifácio Mourão	BTR	
Deputado Paulo Lamac	PT (vaga cedida pelo PDT)	
Deputado Duarte Bechir	BTR	
Deputado Célio Moreira	BTR	

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Duarte Bechir	BTR	Presidente
Deputada Maria Tereza Lara	PT	Vice-Presidente
Deputado Bosco	BTR	
Deputado Deiró Marra	BTR	
Deputado Elismar Prado	PT (vaga cedida pelo PDT)	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Neilando Pimenta	BTR	
---------------------------	-----	--



Deputada Luzia Ferreira	BTR
Deputado Rômulo Viegas	BTR
Deputado Rogério Correia	PT
Deputado Paulo Lamac	PT (vaga cedida pelo PDT)

COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Reuniões Ordinárias – terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Marques Abreu	BAM	Presidente
Deputado Ulysses Gomes	PT	Vice-Presidente
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB	
Deputado Mário Henrique Caixa	BAM	
Deputado Tenente Lúcio	PDT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Juarez Távora	BAM	
Deputado Cabo Júlio	PMDB	
Deputado Tiago Ulisses	BAM	
Deputado André Quintão	PT	
Deputado Carlos Pimenta	PDT	

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias: - quartas-feiras – 14 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé Maia	BTR	Presidente
Deputado Jayro Lessa	BTR	Vice-Presidente
Deputado João Vitor Xavier	BTR	
Deputado Lafayette de Andrada	BTR	
Deputado Adalclever Lopes	PMDB	
Deputado Ulysses Gomes	PT	
Deputado Romel Anízio	BAM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Luiz Humberto Carneiro	BTR	
Deputado Gustavo Corrêa	BTR	
Deputado Sebastião Costa	BTR	
Deputado João Leite	BTR	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB	
Deputado Paulo Guedes	PT	
Deputado Tiago Ulisses	BAM	

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Célio Moreira	BTR	Presidente
Deputado Duarte Bechir	BTR	Vice-Presidente
Deputado Gustavo Corrêa	BTR	
Deputado Rômulo Veneroso	BAM	
Deputado Sávio Souza Cruz	PMDB	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Lafayette de Andrada	BTR	
Deputado Gustavo Valadares	BTR	
Deputada Luzia Ferreira	BTR	
Deputado Inácio Franco	BAM	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB	

**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**

Reuniões Ordinárias – terças-feiras - 16h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sávio Souza Cruz	PMDB	Presidente
Deputado Tiago Ulisses	BAM	Vice-Presidente
Deputado João Vitor Xavier	BTR	
Deputado Juarez Távora	BAM	
Deputado Carlos Henrique	PRB (vaga cedida pelo BTR)	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adalclever Lopes	PMDB	
Deputado Rômulo Veneroso	BAM	
Deputado Lafayette de Andrada	BTR	
Deputado Antônio Carlos Arantes		
Deputado Bosco	BTR	

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André Quintão	PT	Presidente
Deputada Maria Tereza Lara	PT	Vice-Presidente
Deputado Fred Costa	BTR	
Deputado Fabiano Tolentino	BTR	
Deputado Neilando Pimenta	BTR	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Paulo Lamac	PT	
Deputado João Vitor Xavier	BTR	
Deputado Bosco	BTR	
Deputado Duarte Bechir	BTR	
Deputado Ulysses Gomes	PT	

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Antônio Carlos Arantes		
Deputado Fabiano Tolentino	BTR	Vice-Presidente
Deputado Inácio Franco	BAM	
Deputado Romel Anízio	BAM	
Deputado Paulo Guedes	PT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Tiago Ulisses	BAM	
Deputado Glaycon Franco	BTR	
Deputado Duílio de Castro	BAM	
Deputado Antonio Lerin	BAM	
Deputado Durval Ângelo	PT	

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Vanderlei Miranda	PMDB	Presidente
Deputado Paulo Lamac	PT	Vice-Presidente
Deputado Célio Moreira	BTR	
Deputado Glaycon Franco	BTR	



Deputado Marques Abreu BAM

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Tadeu Martins Leite PMDB
Deputada Maria Tereza Lara PT
Deputado João Leite BTR
Deputado Doutor Wilson Batista BTR
Deputada Liza Prado BAM

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Doutor Wilson Batista BTR Presidente
Deputado Luiz Humberto Carneiro BTR Vice-Presidente
Deputado Antonio Lerin BAM
Deputado Deiró Marra BTR
Deputado Gilberto Abramo PRB (vaga cedida pelo PMDB)

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Hélio Gomes BTR
Deputado Lafayette de Andrada BTR
Deputado Tiago Ulisses BAM
Deputado Sebastião Costa BTR
Deputado Tadeu Martins Leite PMDB

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos Mosconi BTR Presidente
Deputado Carlos Pimenta PDT Vice-Presidente
Deputado Doutor Wilson Batista BTR
Deputado Arlen Santiago BAM
Deputado Pompílio Canavez PT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Luiz Henrique BTR
Deputado Sargento Rodrigues PDT
Deputado Celinho do Sinttrocel BAM (vaga cedida pelo BTR)
Deputado Glaycon Franco BTR (vaga cedida pelo BAM)
Deputado Durval Ângelo PT

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João Leite BTR Presidente
Deputado Sargento Rodrigues PDT (vaga cedida pelo PT) Vice-Presidente
Deputado Cabo Júlio PMDB
Deputado Lafayette de Andrada BTR
Deputado Leonardo Moreira BTR

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Rômulo Viegas BTR
Deputado Leonídio Bouças PMDB



Deputado Sebastião Costa	BTR
Deputado Duarte Bechir	BTR
Deputado Tenente Lúcio	PDT (vaga cedida pelo PT)

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Rosângela Reis	BAM	Presidente
Deputado Bosco	BTR	Vice-Presidente
Deputado Neilando Pimenta	BTR	
Deputado Celinho do Sinttrocel	BAM	
Deputado Juninho Araújo	BAM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Tiago Ulisses	BAM	
Deputada Luzia Ferreira	BTR	
Deputada Ana Maria Resende	BTR	
Deputado Marques Abreu	BAM	
Deputado Bráulio Braz	BAM	

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Ivair Nogueira	PMDB	Presidente
Deputado Celinho do Sinttrocel	BAM	Vice-Presidente
Deputado Paulo Guedes	PT	
Deputado Gustavo Valadares	BTR	
Deputado Anselmo José Domingos	BAM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adalclever Lopes	PMDB	
Deputado Elismar Prado	PT	
Deputado Deiró Marra	BTR	
Deputado Juarez Távora	BAM	
Deputado Inácio Franco	BAM	

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo Perrella	PDT	Presidente
Deputado Bráulio Braz	BAM	Vice-Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	
Deputada Ana Maria Resende	BTR	
Deputado Almir Paraca	PT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos Pimenta	PDT	
Deputado Antônio Carlos Arantes		
Deputado Luiz Humberto Carneiro	BTR	
Deputado Zé Maia	BTR	
Deputado Elismar Prado	PT	

Ouvidor-Geral: Deputado Inácio Franco

SUMÁRIO



- 1.1 - Reunião de Comissão
- 2 - ORDENS DO DIA**
 - 2.1 - Plenário
 - 2.2 - Comissões
- 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**
 - 3.1 - Plenário
 - 3.2 - Comissões
- 4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR**
- 6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA**

**ATA****ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 16/7/2013**

Às 10h13min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sebastião Costa, Dalmo Ribeiro Silva, Luiz Henrique e Anselmo José Domingos (substituindo o deputado Duílio de Castro, por indicação da liderança do BAM), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sebastião Costa, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados citados a seguir: Projetos de Lei n°s 4.268, 4.283, 4.289 e 4.290/2013 (Dalmo Ribeiro Silva); 4.265, 4.286, 4.291 e 4.292/2013 (Luiz Henrique); 4.269, 4.271, 4.284, 4.287 e 4.294/2013 (Gustavo Perrella); 4.261, 4.262, 4.263, 4.267, 4.270, 4.281 e 4.285/2013 (André Quintão); 4.266 e 4.274/2013 (Duílio de Castro); 4.264, 4.277, 4.278 e 4.282/2013 (Sebastião Costa); e 4.275, 4.276 e 4.280/2013 (Leonídio Bouças). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei n°s 1.815 e 2.710/2011 e 4.189/2013 são retirados da pauta, atendendo-se a requerimento do deputado Luiz Henrique aprovado pela Comissão. O parecer sobre o Projeto de Lei n° 2.490/2011, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prorrogação de prazo regimental pelo relator, deputado Dalmo Ribeiro Silva. Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei n° 2.634/2011 (relator: deputado Sebastião Costa, em virtude de redistribuição). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de agosto de 2013.

Sebastião Costa, Presidente – Dalmo Ribeiro Silva – André Quintão – Duílio de Castro – Duarte Bechir.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 48ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 7/8/2013****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações da presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Discussão, em turno único, da Indicação n° 69/2012, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Antônio Maurício Fortini para compor a Diretoria Colegiada da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – ArsaMG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 70/2013, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Fábio Caldeira Castro Silva para o cargo de ouvidor-geral do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 71/2013, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Bertholdino Apolônio Teixeira Júnior para o cargo de diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas – IEF. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 72/2013, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Mônica Maria Teixeira Coelho para o cargo de ouvidora-geral adjunta do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase **(das 16h15min às 18 horas)**

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.813/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Luz o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.814/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pitangui o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.816/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Uberlândia o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.817/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Quartel Geral o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.818/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pitangui o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.819/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Guarani o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 1.826/2007, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do governador do Estado referentes ao exercício de 2006. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.867/2008, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do governador do Estado referentes ao exercício de 2007. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.996/2009, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do governador do Estado referentes ao exercício de 2008. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 276/2011, do deputado Paulo Guedes, que altera o art. 17 da Lei nº 14.309, de 19 de junho de 2002. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A Comissão de Política Agropecuária opina pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, e pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Meio Ambiente, com as Emendas nºs 1 a 66, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Meio Ambiente, com as Emendas nºs 1 a 5 e 7 a 66, da Comissão de Política Agropecuária, e as Emendas nºs 67 a 70, que apresenta. Com a aprovação da Emenda nº 69, fica prejudicada a Emenda nº 6.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.789/2011, do deputado Marques Abreu, que institui o selo Amigo do Esporte no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Esporte opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.107/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Presidente Olegário o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 493/2011, do deputado Alencar da Silveira Jr., que altera a Lei nº 12.666, de 4/11/1997, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.211/2011, do deputado Gustavo Valadares, que institui o Selo Jovem e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Esporte e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.319/2011, da deputada Ana Maria Resende, que estabelece restrição para os profissionais da área de saúde utilizarem, no Estado, equipamentos de proteção individual com os quais trabalhem - tais como jalecos e aventais - fora de seu ambiente de atuação e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.



Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 7/8/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão das medidas de combate à violência contra crianças e adolescentes no Estado de Minas Gerais, com a presença de convidados.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 7/8/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Obtenção de esclarecimentos do secretário de Estado de Saúde sobre as contas do Sistema Estadual de Saúde de Minas Gerais, no que tange à execução orçamentária do corrente ano, nos termos do art. 9º do Decreto Federal nº 1.651, de 28/9/1995.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 7/8/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 5.142/2013, da deputada Liza Prado.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 7/8/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 5.132, 5.133 e 5.141/2013, do Deputado Celinho do Sinttrocel; 5.135/2013, do Deputado Anselmo José Domingos; 5.184/2013, do Deputado Bosco; 5.209/2013, do Deputado Luiz Henrique; e 5.219/2013, da Deputada Liza Prado.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 7/8/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Mensagem nº 469/2013, do governador do Estado.

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.259/2011, do deputado Leonardo Moreira.



No 1º turno: Projetos de Lei nºs 532/2011, do deputado Sargento Rodrigues; 1.036, 1.568 e 1.731/2011, do deputado Leonardo Moreira; 2.203/2011, da deputada Liza Prado; 2.338/2011, do deputado Bonifácio Mourão; 2.923/2012, do deputado Leonardo Moreira; 3.248/2012, do deputado Arlen Santiago.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 7/8/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.670/2012, do deputado Ulysses Gomes; 3.770/2013, do deputado Fred Costa; 4.110/2013, do deputado Lafayette de Andrada; 4.114/2013, do deputado Duarte Bechir; 4.135/2013, da deputada Maria Tereza Lara; 4.188/2013, do deputado Adalclever Lopes; 4.190/2013, do deputado Almir Paraca; 4.194 e 4.195/2013, do deputado Antônio Carlos Arantes; e 4.201/2013, do deputado Luiz Humberto Carneiro.

Requerimentos nºs 5.036 e 5.108/2013, da deputada Liza Prado; e 5.212/2013, do deputado Sebastião Costa.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 7/8/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Debate sobre as linhas estratégicas de pesquisa científica para a regulamentação dos queijos artesanais das principais regiões produtoras do Estado, para prosseguimento na regulação da Lei nº 20.549, de 2012, que dispõe sobre a produção e a comercialização dos queijos artesanais de Minas Gerais.

Discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembleia para as 9 e as 20 horas do dia 7 de agosto de 2013, destinadas, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação das indicações, feitas pelo governador do Estado, do nome do Sr. Antônio Maurício Fortini para compor a Diretoria Colegiada da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - Arsae-MG -, do nome do Sr. Fábio Caldeira Castro Silva para o cargo de ouvidor-geral do Estado; do nome do Sr. Bertholdino Apolônio Teixeira Júnior para o cargo de diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas - IEF -; e do nome da Sra. Mônica Maria Teixeira Coelho para o cargo de ouvidora-geral adjunta do Estado; e, na 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Resolução nºs 1.826/2007, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do governador do Estado referentes ao exercício de 2006; 2.867/2008, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do governador do Estado referentes ao exercício de 2007; e 3.996/2009, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do governador do Estado referentes ao exercício de 2008; e dos Projetos de Lei nºs 276/2011, do Deputado Paulo Guedes, que altera o art. 17 da Lei nº 14.309, de 19 de junho de 2002; 493/2011, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que altera a Lei nº 12.666, de 4/11/1997, e dá outras providências; 1.211/2011, do Deputado Gustavo Valadares, que institui o Selo Jovem e dá outras providências; 1.319/2011, da Deputada Ana Maria Resende, que estabelece restrição para os profissionais da área de saúde utilizarem, no Estado, equipamentos de proteção individual com os quais trabalhem - tais como jalecos e aventais - fora de seu ambiente de atuação e dá outras providências; 1.789/2011, do Deputado Marques Abreu, que institui o selo Amigo do Esporte no Estado; 3.813/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Luz o imóvel que especifica; 3.814/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pitangui o imóvel que especifica; 3.816/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Uberlândia o imóvel que especifica; 3.817/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Quartel Geral o imóvel que especifica; 3.818/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pitangui o imóvel que especifica; 3.819/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Guarani o imóvel que especifica; e 4.107/2013, do



governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Presidente Olegário o imóvel que especifica; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 6 de agosto de 2013.

Dinis Pinheiro, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Educação, Ciência e Tecnologia e de Cultura

Nos termos regimentais, convoco a deputada Maria Tereza Lara e os deputados Bosco, Deiró Marra e Elismar Prado, membros da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; a deputada Luzia Ferreira e os deputados Elismar Prado, Carlos Mosconi, Luiz Henrique e Tiago Ulisses, membros da Comissão de Cultura, para a reunião conjunta de audiência pública com convidados a ser realizada em 7/8/2013, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater o Projeto de Lei nº 3.924/2013, de autoria da deputada Liza Prado e do Deputado Alencar da Silveira Jr., que assegura ao aluno matriculado na rede pública estadual de ensino o direito de não se submeter a exame de avaliação curricular nas situações que menciona, e de discutir e votar proposições das comissões.

Sala das Comissões, 6 de agosto de 2013.

Duarte Bechir, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 37/2012

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Pompílio Canavez, Antônio Carlos Arantes, João Leite e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 8/8/2013, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o parecer para o 1º turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 37/2012, do Deputado Alencar da Silveira Jr. e outros, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 6 de agosto de 2013.

Lafayette de Andrada, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Luzia Ferreira e os Deputados Carlos Pimenta, João Leite e Pompílio Canavez, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 8/8/2013, às 19 horas, na Rua Cândido Lúcio Ferreira Pinto, 1.826, Distrito de Ravena, Município de Sabará, com a finalidade de debater em audiência pública com convidados as deficiências do transporte público da região de Ravena e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 6 de agosto de 2013.

Paulo Lamac, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.194/2013

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Antônio Carlos Arantes, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Betel, com sede no Município de Nepomuceno.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.194/2013 pretende declarar de utilidade pública a Associação Betel, com sede no Município de Nepomuceno, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a prestação de assistência social.

Na consecução desse propósito, a instituição promove atividades com crianças que correm risco nutricional e suas famílias, procurando assegurar seu desenvolvimento integral, divulga a cultura e a educação e apoia projetos de recuperação de pessoas com dependência química ou desequilíbrio psíquico, buscando sua reintegração social.

Tendo em vista o relevante trabalho humanitário desenvolvido pela Associação Betel com a população carente de Nepomuceno, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.



Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.194/2013, em turno único, na forma apresentada.
Sala das Comissões, 6 de agosto de 2013.
Celinho do Sinttrocel, relator

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.195/2013

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social Relatório

De autoria do deputado Antônio Carlos Arantes, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Comunitária do Bairro Bela Vista, com sede no Município de Cristais.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.195/2013 pretende declarar de utilidade pública a Associação Comunitária do Bairro Bela Vista, com sede no Município de Cristais, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a prestação de assistência social.

Na consecução desse propósito, a instituição zela pela proteção da saúde da família, da maternidade, da infância e da velhice; combate a fome e a pobreza; organiza campanhas de distribuição de alimentos e agasalhos a famílias carentes; incentiva mutirões para melhoria de moradias; estimula a horta comunitária; organiza a participação da comunidade na solução de problemas locais e na defesa de seus interesses; acompanha e fiscaliza os serviços prestados aos moradores do Bairro Bela Vista.

Tendo em vista o relevante trabalho social desenvolvido pela associação, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.195/2013, em turno único, na forma apresentada.
Sala das Comissões, 6 de agosto de 2013.
Celinho do Sinttrocel, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.201/2013

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social Relatório

De autoria do Deputado Luiz Humberto Carneiro, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Liga de Motociclismo do Triângulo Mineiro, com sede no Município de Uberlândia.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.201/2013 pretende declarar de utilidade pública a Liga de Motociclismo do Triângulo Mineiro, com sede no Município de Uberlândia, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, constituída em 2002.

Atuando no Triângulo Mineiro, no Alto Paranaíba, no Noroeste e no Oeste de Minas Gerais, a instituição defende os interesses dos motociclistas, fazendo cumprir o regulamento da Confederação Brasileira de Motociclismo e da Federação de Motociclismo do Estado, além de promover provas de motocross, veloterra, "cross country", "welling" e o Encontro Nacional de Motociclistas.

A entidade promove ainda a educação, a cultura, o esporte, a saúde e a assistência social; incentiva o voluntariado; combate a pobreza, incentivando o desenvolvimento econômico e social das localidades em que atua; difunde valores universais como ética, paz, cidadania e democracia.

Tendo em vista o relevante trabalho social desenvolvido pela Liga de Motociclismo do Triângulo Mineiro, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.201/2013, em turno único, na forma apresentada.
Sala das Comissões, 6 de agosto de 2013.
Celinho do Sinttrocel, relator.

**PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR****46ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA****Discursos Proferidos em 1º/8/2013**

A deputada Maria Tereza Lara* - Deputado Hely Tarquínio, que preside esta reunião, deputados e deputadas desta Casa, depois de um breve recesso retornamos hoje, num momento tão importante para o Brasil.

Antes de me manifestar sobre o principal tema que me traz a esta tribuna, a visita do papa ao Brasil, quero lembrar que, de fato, a reforma política é uma necessidade do nosso país. Nesse sentido, concordo, em parte, com o deputado Alencar da Silveira Jr., quando disse que teríamos de fazer um grande mutirão, nesta Casa, em favor da reforma política, porque a situação urge, e não é possível mais continuarmos dessa forma. Isso fragiliza a democracia, o parlamento. As regras têm de ser transparentes e mudadas para que tenhamos, de fato, uma representação popular; que as lideranças comunitárias cheguem ao parlamento e a eleição não dependa simplesmente de recurso financeiro, o que é um problema sério que todos nós, que todos os partidos vivenciam. Não sei por que alguns partidos ainda estão resistindo a essa reforma, necessária.

Recentemente, chegando a esta Casa, um brilhante assessor, funcionário de carreira, disse que cada vez mais pessoas que têm dinheiro chegam a este Parlamento. É verdade. Não podemos desmerecer ninguém, nominalmente, mas esse é um fato político, é uma realidade no Brasil, em Minas Gerais e nas câmaras de vereadores, que não podemos ignorar. Temos de colocar o dedo na ferida e contribuir para que a democracia seja fortalecida. Para isso é preciso que pessoas que têm histórico de vida, compromisso com o País, com o Estado e com os municípios cheguem ao parlamento, aos governos, sem precisar, necessariamente, de altos valores financeiros. Era o que queria deixar registrado, presidente.

Contem com o meu apoio para, junto à Unale, termos eleições gerais, assim como queríamos que essa ideia fosse unânime em todas as casas legislativas. O povo brasileiro é inteligente. Ninguém pode dizer que ele não é capaz de votar em eleições gerais por meio da urna eletrônica - essa ideia é falsa. As pessoas são capazes de fazer essa votação. Sabemos que, de dois em dois anos, o País para por causa das eleições, e há os custos. Então, se houver eleições gerais de quatro em quatro anos, de cinco em cinco anos - dependendo da decisão da maioria -, teremos grandes benefícios para este país, até mesmo econômicos.

Chegou neste Plenário o deputado Cabo Júlio, cuja opinião não conheço, mas acredito que comunguemos da ideia de que é preciso haver uma reforma política. Ele é do PMDB e compartilha dessa discussão.

Depois de ter apresentado tal questão, quero aqui lembrar a vinda do papa Francisco ao Brasil. É uma questão de orgulho para nós, católicos, mas não só para nós da Igreja Católica. Ele representa uma liderança mundial. Ele realmente foi aceito e acolhido por várias religiões, cristãs e não cristãs. Ele tem o espírito aberto. Lembro-me de uma das imagens em que ele fala que precisamos acolher as pessoas. "Acolher" é um termo muito forte, que diz respeito tanto à Igreja Católica quanto ao parlamento. As pessoas precisam de ser acolhidas, devem ser recebidas, porque elas querem ser ouvidas, querem manifestar opinião, querem participar - aliás, recebendo, nesta Casa, o contraditório.

Então, "acolhida" é uma das palavras que temos de trazer, realmente, para a nossa realidade. Entre nós, em todas as divergências que houver - elas existem e são importantes porque são projetos diferenciados de partidos e de pessoas - temos de respeitar e ter diálogo. Na política, divergir é uma necessidade, porque temos projetos diferentes e queremos que a população os conheça e, conhecendo-os, faça uma opção clara sobre qual projeto queremos para o País, para o Estado e para cada município.

Tendo em vista esse evento, gostaria de apresentar algumas falas do papa. Ele representou e representa a simplicidade. É uma pessoa despojada, na prática, não no discurso.

Além de acolher as pessoas e de defender a acolhida, na sua simplicidade, abrindo mão de muitos privilégios, até no vestir e no uso do próprio carro - não quis um carro de luxo, mas um carro popular -, falou a seu público da Igreja Católica que lideranças religiosas não devem ter carrões luxuosos, mas precisam de carro. É uma coisa que revela pé no chão.

Ele tocou em questões bem concretas. Lembro-me bem da introdução de um dos seus discursos quando cumprimenta a nossa Presidenta, as autoridades e todos os amigos dizendo: "Quis Deus, na sua amorosa providência, que a primeira viagem internacional do meu pontificado me consentisse voltar à amada América Latina, precisamente ao Brasil, nação que se gloria de seus sólidos laços com a Sé Apostólica e dos profundos sentimentos de fé e amizade que sempre a uniram de modo singular ao sucessor de Pedro. Dou graças a Deus pela sua benignidade".

Lembro-me bem que ele, brincando, falou que o papa é argentino, mas Deus é brasileiro. Realmente, muita gente fala isso, e eu acredito. Deus é brasileiro no sentido de termos no Brasil muitos aspectos positivos. Temos riquezas; temos um povo que está despertando para a participação; temos jovens que querem participar mais da educação; temos grandes valores na nossa pátria e também problemas que têm de ser resolvidos.

Diz o papa: "Aprendi que para ter acesso ao povo brasileiro é preciso ingressar pelo portal do seu imenso coração" - ele fala da acolhida - "por isso permitam-me que nesta hora eu possa bater delicadamente a esta porta. Peço licença para entrar e transcorrer esta semana com vocês. Não tenho ouro nem prata, mas trago o que de mais precioso me foi dado: Jesus Cristo. Venho, em seu nome, para alimentar a chama de amor fraterno que arde em cada coração; e desejo que chegue a todos e a cada um a minha saudação: a paz de Cristo esteja com vocês". Ele fala aqui da fraternidade, com o seu nome, Francisco, por causa de São Francisco de Assis, o "poverello", a humildade de São Francisco. Que não cabe só à Igreja Católica, mas a todo cristão e a todo cidadão vivenciar os valores da fraternidade e da paz.



Podemos ver os dados. Além da clareza das suas posições em todos os momentos, quando entrevistado pelos jornalistas e quando esteve junto à multidão, veremos, pelos números, pela participação e pela presença, o que significou para o Brasil e para o mundo a Jornada Mundial da Juventude neste ano de 2013.

No total, mais de 3.500.000 pessoas participaram da jornada no Rio, que contou com eventos em Copacabana, na Quinta da Boa Vista, no Riocentro e em diversas paróquias da cidade. A cerimônia de acolhida do santo padre, na quinta-feira, 25, reuniu 1.200.000 pessoas em Copacabana, enquanto, na via-sacra, chegou a 2 milhões na sexta-feira, 26. Na vigília, cerca de 3.500.000 jovens estiveram na praia de Copacabana, e sem nenhum problema de violência. Sentimos quando há fraternidade, quando há amor, quando há o clima de irmãos, desse sentimento de pertencimento. Deus é nosso pai, somos todos irmãos, independentemente de credo, de diferenças de qualquer tipo. Então é possível essa vivência fraterna. Foi uma experiência concreta de que isso é possível.

Vimos que as manifestações da população, algumas vezes, são muito importantes, mas não podemos aceitar, em hipótese nenhuma, que a violência seja marca dessas manifestações. E foi provado, com a presença da população brasileira e de outros países, na grande maioria jovens, que é possível reunir milhões de pessoas em clima de fraternidade e respeito mútuo. Isso foi muito forte na prática.

Foram 427 mil inscrições de 175 países. Peregrinos inscritos com hospedagens alcançaram 356.400, enquanto o número de vagas disponibilizadas para hospedagem chegou a 356 mil. Vejam a abertura e a acolhida do povo brasileiro. Foram 356 mil famílias que se abriram para acolher as pessoas que vieram participar da jornada. Isso, para nós, ficou marcado na história do Brasil e do mundo. Mais uma vez frisamos que é uma lição também para nós, no parlamento. Se todos queremos uma sociedade mais justa, fraterna e igualitária, temos de vivenciá-la primeiro entre nós. Como disse, isso não significa falta de conflito, e conflitos de ideias e no campo ideológico, mas uma construção em que possamos vivenciar realmente a fraternidade entre nós. Nesse caso, reafirmamos a importância de refletirmos entre nós, por muito tempo, o que aconteceu no Brasil.

Quero frisar um outro aspecto. Ele já deixou indicado onde será, em 2016, a próxima Jornada Mundial da Juventude. Ela ocorrerá em Cracóvia, cidade polonesa onde morava o beato João Paulo II, nosso falecido papa antecessor de Bento XVI. Então, no dia 28 ele anunciou que a próxima jornada ocorrerá na Polônia, em 2016.

Finalizando, quero falar sobre a temática da juventude. O Brasil é um país de jovens. Nesta Casa temos de ter também um olhar especial para a juventude, que não é o jovem ou o Brasil de amanhã, mas, sim, o de hoje. Se esses jovens descobrirem o sentido da vida, não teremos problemas de “crack”, de dependência química. A prevenção significa exatamente o caminho da educação, do esporte, da cultura e da arte para que o jovem encontre o sentido da vida, queira e sinta alegria de viver. Num momento o papa disse: “Vocês precisam realmente assumir o desafio de serem felizes”. Deus nos criou para sermos felizes. Se muita gente procura a felicidade nas drogas e no “crack” é porque não encontrou outro caminho, ou melhor, o caminho certo da felicidade.

Precisamos ter nesta Casa um olhar prioritário para os jovens, construir juntos e convocá-los a participar dos processos de decisão. O jovem não deve só receber as políticas públicas, mas também participar do processo de decisão porque assim se sentirá corresponsável, importante e útil. Dessa forma, terá um sentido para a vida e conseguirá construir, ou seja, ser, juntamente conosco, construtor da sociedade em que, conforme dissemos, reine o que todos queremos: fraternidade, cidadania e garantia aos cidadãos de todos os seus direitos, como alimentação, moradia, educação de qualidade e saúde.

Deixo aqui esta mensagem a todos que nos veem pela TV Assembleia e a todos os parlamentares desta Casa que são tão importantes nas decisões, no que temos de tão importante no Estado e no País: a construção do processo decisório na democracia representativa, que precisa caminhar cada vez mais para a democracia participativa e direta. Muito obrigada.

* - Sem revisão do orador.

O deputado André Quintão* - Presidente deputado Hely Tarquínio, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, estamos retomando hoje o trabalho parlamentar do Plenário e das comissões. Quero iniciar fazendo este registro porque, muitas vezes, a opinião pública confunde a paralisação dos trabalhos do Plenário e das comissões com férias. Então, de início, quero esclarecer que não se trata disso, pelo menos, tenho certeza, para grande parte dos deputados e deputadas. Eu, por exemplo, nessas poucas semanas, realizei aproximadamente 25 conferências de assistência social nas várias regiões de Minas. Estamos na tribuna hoje para mencionar alguns desafios para este segundo semestre, que considero muito importantes.

No primeiro semestre, a Assembleia teve um trabalho destacado, aprovou matérias importantes, realizou centenas de audiências, assuntos importantes foram tratados. A nossa Comissão de Participação Popular discutiu em todo o Estado a nova norma operacional básica do Suas. Temos hoje a comissão permanente de combate às drogas; a busca de mais recursos para a saúde; a Assembleia fez um giro em todo o Estado com o processo de prestação de contas; tivemos o projeto que extinguiu o voto secreto em todas as situações. Enfim, realizamos um trabalho muito intenso e não será diferente neste segundo semestre.

Agora no mês de agosto, referindo-me ao trabalho da Comissão de Participação Popular, faremos a edição final do Parlamento Jovem, coordenado pela Escola do Legislativo, que tem interface com a Comissão de Participação Popular. Neste ano o Parlamento Jovem discutiu a sustentabilidade nas cidades, foi uma edição regionalizada porque várias câmaras municipais se integraram na parceria com a PUC Minas.

Ainda em agosto, teremos um evento internacional muito importante, o ciclo de debates comemorativo dos 10 anos da Comissão de Participação Popular, quando receberemos convidados de outras partes do mundo, de universidades estrangeiras e brasileiras, de organizações não governamentais, técnicos da Assembleia de Minas, deputados e deputadas, que relatarão também a nossa experiência. Os interessados poderão acessar o “site” da Assembleia, porque as inscrições já estão abertas e o evento se realizará no final de agosto, neste Plenário.

Outro projeto importante que será abordado neste segundo semestre é o do Código Florestal de Minas. Trata-se de um projeto importante, que merece ser amplamente discutido, debatido, buscando compatibilizar o desenvolvimento econômico com a sustentabilidade e a preservação ambiental, encontrando o ponto comum, a justa medida entre a legislação e as necessidades ambientais e econômicas do Estado.



Há também outros projetos em tramitação relativos à área ambiental, os quais considero relevantes e importantes, cuja aceleração deve ocorrer nesta Casa. Entre eles, destaco os que dizem respeito à preservação da Serra da Moeda e do Sinclinal Moeda.

Temos vários projetos em tramitação. Já sugeri à direção da Casa que criássemos um grupo de trabalho específico para que, neste horizonte do segundo semestre, aprovássemos medidas mais duradouras de ocupação, exploração e preservação dessa área do Vetor Sul, do Sinclinal Moeda, que vai de Belo Horizonte à região de Congonhas. Temos ecossistemas, nascentes e monumentos naturais da mais alta relevância. É importante essa pauta ambiental ganhar um destaque no segundo semestre na Assembleia Legislativa. Reitero aqui um apelo a toda a direção da Casa, aos líderes partidários, para que possamos agilizar esses projetos de lei.

Temos também a etapa final do seminário sobre mobilidade urbana. Teremos, com certeza, a análise neste Plenário do projeto de lei que cria o fundo estadual do idoso. Sou relator desse projeto. Pretendo apresentar um breve parecer aperfeiçoando-o. Considero que as políticas públicas para a terceira idade, para a melhor idade, são fundamentais no momento em que há uma inversão da pirâmide, quando há diminuição da natalidade e ampliação da expectativa de vida. Queremos uma vida mais longa e com qualidade para os idosos no Estado e em nosso país. Realizaremos também um ciclo de debates sobre a temática dos idosos neste segundo semestre.

No segundo semestre, teremos o monitoramento das ações de governo num formato que envolverá, de maneira efetiva, não somente a Comissão de Participação Popular, mas todas as comissões permanentes da Assembleia. Destaco que será realizado, em agosto e setembro, em alguma medida, um evento preparatório para a revisão anual do PPAG. Essa revisão se reveste de uma importância maior na medida em que se trata de revisão de metas para o último ano do atual governo. Será o momento de fazermos uma análise fria, substantiva e qualificada dos projetos estruturados e daqueles que ainda possam ser acelerados e aprimorados no ano de 2014. Essa revisão deverá ocorrer no final de outubro e no início de novembro, como sempre fizemos, por meio de audiências públicas descentralizadas nas várias regiões de Minas.

Teremos também, óbvio, a análise da lei orçamentária para o ano que vem. Em tramitação, temos projetos que envolvem os servidores públicos, que merecem atenção especial da Assembleia. Agora, mais recente, teremos o envio, pelo governador do Estado, de projetos na linha de um ajuste administrativo. Como esses projetos foram anunciados ontem, é óbvio que seria prematuro emitir, neste momento, qualquer opinião mais pronta e acabada sobre o impacto e a viabilidade dessas medidas.

Queria ressaltar exatamente que este segundo semestre será um momento de muito trabalho, de muita ação. Também gostaria de fazer menção à importância do semestre para os municípios mineiros, particularmente no âmbito da política de assistência social.

Este ano entrou em vigor uma nova norma operacional básica - NOB - de assistência. Está havendo reordenamento da política, racionalização no financiamento, nova pactuação de metas com os municípios para o acompanhamento de famílias que possuem crianças na rota de evasão escolar e usuários de drogas. Além disso, essa NOB visa desinstitucionalizar crianças e jovens de abrigos, para a ampliação da proteção especial e do atendimento e acompanhamento ao idoso.

Os municípios estão sendo induzidos a realizar conferências municipais, e o prazo para isso termina agora, dia 9 de agosto. Essas prioridades deverão ser discutidas nas Conferências dos Planos Municipais de Assistência Social, que, por sua vez, devem constar no plano plurianual dos municípios. Cada município deverá encaminhá-lo à sua respectiva câmara municipal até o final do ano. Hoje todo critério de repasse de recurso federal para assistência social se dá em virtude dessa pactuação de metas bastante objetivas. Neste ano já tivemos um avanço importante nesse sentido. O governo federal anunciou o aumento de 30% no repasse aos municípios, para o piso da proteção básica da assistência social. Este ano teremos um aumento muito importante no avanço da política pública de assistência social no País. Faremos também esse debate no âmbito da Assembleia Legislativa e esperamos que isso ocorra também em Minas e nos municípios. Esse novo reordenamento, essa normatização mais ousada no âmbito da assistência vai exigir que os estados também tenham presença mais ativa na política pública de assistência social, no que diz respeito à proteção social especial mais complexa, que trata de situações mais graves, tais como respeito às pessoas abandonadas nas ruas, especialmente idosos, crianças abusadas sexualmente, crianças institucionalizadas e erradicação do trabalho infantil. Sabemos que às vezes o município de pequeno porte, principalmente, não tem condição de enfrentar essa temática. Precisamos de envolvimento maior do Estado nessa construção da política pública de assistência social, através do repasse de recursos para essa modalidade de atendimento.

Em 2013 tivemos uma conquista importante em Minas por ação da Assembleia em negociação com o governo, referentemente à antecipação do Piso Mineiro de Assistência Social. Os 853 municípios mineiros receberão o Piso Mineiro, o repasse do Estado. Sabemos que esse repasse é muito utilizado na proteção básica, na implantação dos Centros de Referência de Assistência Social - Cras. Além dessa conquista, queremos avançar no repasse e na ação mais efetiva do Estado, na chamada proteção social especial de alta e média complexidades. Portanto, este semestre será muito intenso. Teremos vários debates políticos nesta Casa, muita atenção à revisão do PPAG, às leis orçamentárias estaduais e à Lei Orçamentária Anual.

Como presidente da Comissão de Participação Popular e com o apoio da vice, deputada Maria Tereza, faço questão de convocar, de convidar os mineiros e as mineiras para todo esse processo, para o Parlamento Jovem, para os 10 anos da comissão, para o monitoramento semestral e para a revisão da lei orçamentária e do PPAG. Dessa forma, fortaleceremos a cidadania neste estado. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Cabo Júlio* - Sr. Presidente, Sra. Deputada, sou parlamentar do PMDB, que nesta Casa integra um bloco com o PT e o PRB, compondo o chamado Bloco Minas sem Censura. Em âmbito nacional, estamos coligados com o PT, temos o vice-presidente da República e alguns ministros, apesar de não termos os ministérios. Fazemos parte de uma coligação nacional.

Talvez eu tenha sido o único parlamentar que não concordou com a formação do bloco, porque achei que não era propício. Ao longo dessa formação, deputado João Leite, tenho recebido alguns informativos que estão sendo enviados a todos os parlamentares e talvez a toda a sociedade. Confesso que, mesmo sendo deputado de oposição - já subi em carros de som fazendo oposição ao governo, participei de uma greve na polícia contrária ao governo -, estou assustado com a agressividade das publicações, que estão passando do limite, até porque não fazem oposição ao governo, mas ao senador Aécio Neves. Se formos analisar eleitoralmente, ele é hoje o único senador eleito em Minas Gerais. Os outros foram chamados como suplentes daqueles que morreram. Isso se chama legitimidade. Fico



assustado com essa agressividade, mesmo não sendo da linha política do senador, pois sou do PMDB. Ouvimos xingamentos - como estúpido, por exemplo. Temos uma foto do Aécio na capa de um informativo, onde está escrito: “Estupidez também é um presente de Deus, mas não se pode abusar. Papa João Paulo II”. A agressividade não é um debate de ideias, e sim, de pessoas. Estão aqui: “estúpido; Aecinho minifundiário da Folha”. Ainda foram feitas montagens: “aeciolítico, alucinado, a real alucinação aeciana, se beber não escreva”.

Se fosse um informativo em nome do deputado fulano ou sicrano, tudo bem; afinal, cada um é responsável por aquilo que cria. No entanto, é em nome do bloco, e é isso que me incomoda. Não me lembro de em nenhuma reunião do bloco termos publicações com tamanha agressividade: “Olha, vamos fazer uma propaganda agressiva contra o Aécio, candidato à Presidência da República”. Não me lembro disso. Trata-se de uma decisão unilateral, mas que vai em meu nome também. Não concordo com isso. Fiz questão de vir à tribuna desta Casa para dizer que, no meu entendimento, a oposição ultrapassou o limite democrático, até porque a oposição é uma mentira nesta Casa. Não tem oposição aqui. Nunca vi oposição receber as emendas integralmente. Ora, oposição é só para negociar? Isso não existe.

Na verdade, estou bastante incomodado porque faz parte da democracia fazer oposição. No entanto, agressões pessoais, deputado João Leite, que passam do limite, são inaceitáveis, principalmente quando a publicação é em nome de 21 deputados. Por exemplo, não gostaria que um xingamento, um linchamento e uma agressividade fossem feitos pelo PSDB nesta Casa contra a presidenta Dilma ou contra o vice-presidente Michel Temer. Para mim, isso beirou a baixaria política.

Gostaria de fazer uma análise. Em Minas Gerais e no Brasil está muito clara a polarização entre PSDB e PT, e é por essas e outras coisas que o PMDB sempre é coadjuvante. Nas últimas duas, três eleições perdemos o governo e viemos para a oposição. Vimos pela televisão que ofereceram o PMDB para o governo rechaça-lo. Até esse ponto chegamos. Fico incomodado com coisas como o “Bad time”, que faz uma montagem com as fotos do Aécio, chamando-o de estúpido, aeciolítico, coisas desse gênero, que passam para a pessoalidade. Acho isso muito perigoso.

Deputado João Leite, aprendi que o adversário de hoje pode ser o aliado de amanhã, portanto, fico muito triste com essa agressividade pessoal. Isso não é institucional, não foi pautado. Achei muito feio, principalmente essas figuras.

O deputado João Leite (em aparte)* - Muito obrigado, deputado Cabo Júlio. Gostaria de registrar a minha admiração pela manifestação que V. Exa. faz com muita coragem, se posicionando muito bem. Não posso dizer, da mesma forma como V. Exa. não disse, que esse é um pensamento da oposição na Casa. V. Exa. sobe nesta tribuna e coloca a sua posição de opositor, porém em outro nível.

É com muito carinho que também gostaria de registrar aqui a oposição feita pelo deputado André Quintão e pela deputada Maria Tereza Lara, sempre respeitosa e propositiva. Principalmente numa área em que V. Exa. é especialista, a segurança, V. Exa. traz uma grande contribuição ao debate na Assembleia Legislativa e ao próprio governo. Agora, lamento também a maneira de alguns da oposição aqui na Assembleia Legislativa tratarem os adversários, como inimigos mesmo.

Nesta semana fiz uma manifestação pela rede social em relação à Presidência da República sem desrespeitar a figura da presidente, por quem tenho todo o apreço. Fiz uma crítica; no entanto, o que foi postado na rede em relação a mim por alguns deputados aqui da oposição é algo absurdo. Meus filhos leram e ficaram perplexos por causa do desrespeito. Falar que fui frangueiro a vida toda não me abala, pois é uma brincadeira da minha vida de goleiro. Agora, a parte moral, familiar, eles invadem tudo. Podem, como oposição, dizer tudo sobre o senador Aécio Neves, mas ele sempre teve uma relação com a Assembleia Legislativa, com o Parlamento e mesmo com a oposição de total respeito. Lembro-me, quando o próprio deputado André Quintão propôs uma emenda a um dos projetos estruturadores do governo Aécio - eu era o secretário de Desenvolvimento Social -, de que o governador me ligou e me disse que queria que fosse acatado o novo projeto estruturador, que era sobre as famílias vulnerabilizadas, um trabalho do deputado André Quintão. Essa foi a relação do governador Aécio com a oposição, sempre lembrando a importância do debate, mas no nível que V. Exa. escolhe, não nesse aí. Tem um desses aí que diz que o senador Aécio Neves, quando governador, desviou quatro bilhões e tanto.

O deputado Cabo Júlio* - R\$4.300.000.000,00.

O deputado João Leite (em aparte)* - Quanto será que foi então o desvio no governo Itamar Franco, já que é a mesma coisa? O Tribunal de Contas disse: “O gasto com saneamento básico pode ser contado na saúde”. No governo Itamar Franco contou-se o gasto com saneamento na saúde. A mesma coisa que o senador Aécio Neves fez, e eu era secretário. O nosso governo contou o saneamento na saúde, de acordo com o Tribunal de Contas do Estado. E eles vêm dizer agora - alguns foram secretários no governo Itamar Franco, líderes e vice-líder do governo Itamar Franco aqui, aprovaram as contas do governador Itamar Franco sem ressalvas - que houve desvio. Ora, o dinheiro foi o do saneamento básico.

São produções mentirosas, agressivas, os termos utilizados são chulos. V. Exa. faz muito bem em ir à tribuna dizer que não concorda, que seu nome não deve estar aí. Eu diria a mesma coisa para o deputado André Quintão e para a deputada Maria Tereza Lara: não podem estar de acordo com uma coisa dessas, que, de alguma forma, agride a pessoa, agride o ser humano. Não estamos aqui para isso. Querem vencer uma eleição? Vençam. Mas destruindo a imagem de uma pessoa? E isso sai pelo Brasil.

Outro dia me encontrei, em Monte Sião, com o Oscar, meu companheiro na seleção brasileira, capitão da seleção. Ele me disse que gostaria muito de votar no Aécio Neves, mas que ele havia lido um desses negócios, que dizia que o Aécio faz à noite não sei o quê. Eu falei: “Pois é, Oscar, se você for a Belo Horizonte, lhe dirão que seu amigo João Leite defende bandidos. Você acredita nisso?”. Ele me respondeu: “Claro que não, João. Conheço você, jogamos quanto tempo juntos?”. Pois, infelizmente, algumas pessoas que estão na política querem desconstruir a imagem do outro.

O deputado Cabo Júlio* - Pessoal.

O deputado João Leite (em aparte)* - Pessoal. É como aquele jogador que está no banco torcendo para o outro jogar mal para ele entrar. Pensam: “Tomara que ele jogue mal”. Eu sempre achei que era diferente, que era preciso treinar muito para ser melhor do que o outro. Mas esse é um pensamento para pessoas que estão próximas de Deus, que amam as outras pessoas.



Parabéns, deputado Cabo Júlio. V. Exa. não está sozinho, há outros ao seu lado, na oposição, que pensam como V. Exa., que respeitam o ser humano.

O deputado Cabo Júlio* - Deputado João Leite, obviamente estamos aqui na oposição, mas numa oposição respeitosa, que sabe conversar, sugerir e, muitas vezes, aprimorar os projetos do governo. Agora, nunca uma oposição radicalmente contra a pessoa, que pega a vida privada e tenta trazer para a vida política para desconstruir. Não é assim, não deu certo: o Aécio ganhou o governo de Minas, depois foi reeleito, elegeu o Anastasia, e perdemos nessas três vezes. Talvez seja a hora de fazermos uma oposição construtiva, mostrar que somos melhores, mas sem invadir a vida pessoal.

Estou muito incomodado com essas publicações. Não apareço em nenhuma delas, porque eles me vetam. Nas publicações do "Minas Sem Censura" não aparece nada meu, sou vetado. Talvez isso aconteça por eu não ter assinado. Acho que esse não era o caminho. Mas a maioria - e democracia é sempre a maioria - entendeu assim. Então fizemos assim.

Quero fazer uma declaração muito real e verdadeira. Sei que vou ser criticado por esse meu discurso, mas não me importo. Importo-me em estar bem, deputado João Leite, com a nossa consciência. Se o senador Aécio Neves for candidato à Presidência - e parece que será -, contará com o meu voto e o dos meus companheiros. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O deputado João Leite* - Muito obrigado, Deputado Hely Tarquínio, meu querido e diletto amigo.

Outro dia me encontrei com o Maurinho, roupeiro do Criciúma Esporte Clube, de Patos de Minas. Conversávamos em Criciúma sobre o Dr. Hely, o médico dos pobres, o médico que atende nas ruas de Patos de Minas e das cidades próximas e por quem tenho a maior admiração e o maior respeito.

Quero, deputado Hely Tarquínio, comentar a decisão do governador Antonio Anastasia de fazer um enxugamento na máquina do governo do Estado de Minas Gerais, no Poder Executivo. O governador Anastasia está na linha do ex-governador e atual senador Aécio Neves. Ele mantém um compromisso, um pensamento, não apenas do PSDB, mas do conjunto de partidos que apoiaram o governador Aécio Neves e apoiam o governador Anastasia. Qual é esse pensamento? Eu e V. Exa. fomos secretários do governador Aécio Neves. Qual era o nosso pensamento? Gastar menos com a máquina, gastar menos com o custeio, para termos dinheiro para investir nas pessoas. O que interessava ao senador Aécio Neves interessa ao governador Anastasia e interessa à base do governo escolhida pela população de Minas Gerais. É importante dizer isso, porque alguns gostam de dizer que estamos obedecendo o governo. Não estamos obedecendo o governo e sim a população de Minas Gerais, que nos elegeu no campo de apoio ao governo. A população, quando votou no deputado Hely Tarquínio, sabia que ele havia sido secretário do governador Aécio Neves e que apoiaria o governo. Democracia é assim. Alguns gostam de chegar aqui e dizer que os deputados só seguem o governo. Isso não é verdade. Nós estamos seguindo o povo de Minas Gerais, que diz para o deputado João Leite e para o deputado Antônio Carlos Arantes que apoiem o governo, que ajudem o governo a ser vitorioso. Vitorioso para o deputado? Para mim? Não. Vitorioso para a população de Minas Gerais. Nós apoiamos as decisões do governador Antonio Anastasia. Ele vai diminuir o número de secretarias. Quando uma secretaria é extinta, sai o secretário, o secretário adjunto, o chefe de gabinete, o diretor financeiro, o superintendente e o superintendente administrativo. Há um enxugamento, menos gasto com a máquina. Assim sobra mais dinheiro para que o governante invista nas pessoas. É isso que defendemos. É essa a ideia.

Hoje podemos perfeitamente fazer uma comparação do governo do Estado de Minas Gerais com o governo federal. Enquanto Minas Gerais terá 17 secretarias, o governo federal têm 39 ministérios.

Olhem o peso do custeio, que está posto nas costas do brasileiro, que acordou hoje pela manhã, tomou o seu leite, o seu café. Refiro-me ao café homenageando os deputados Antônio Carlos Arantes e Hely Tarquínio. Então, retomando, tomou o café, escovou os dentes e pagou, praticamente, quase 50% de impostos ao fazer isso.

Esse governo federal gasta muito e mal. Hoje podemos fazer uma comparação. Imaginem a quantidade de cargos, pois são mais de 22 mil ocupados no governo federal. Do outro lado, estamos vendo Minas Gerais procurando gastar menos com a máquina, com o custeio para usar esse dinheiro na educação, na saúde, nas políticas para as nossas crianças, para a segurança pública. É isso que tem de acontecer.

Já estou encerrando, para não tomar muito o tempo e também não usar mal a benevolência do presidente Hely Tarquínio. Quero dizer que tenho o maior apreço à ligação da política do trabalho com a da assistência social. Vejo o trabalho e o lazer como instrumentos importantes para o resgate da pessoa vulnerável. É muito importante que se dê às pessoas a possibilidade de mudança. Quando se junta a política do trabalho com a de assistência social, tem-se a possibilidade de obter os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador e de poder qualificar e capacitar a pessoa. Está aqui o José Rodrigues Machado, que foi diretor de um centro público de promoção do trabalho e nos acompanha aqui hoje. Lá reunimos tudo isso: a possibilidade de a pessoa carente, vulnerável ter qualificação, capacitação e ingressar no mundo do trabalho, fazendo-se a transposição da vida de vulnerabilidade para a vida de alguém empreendendo cidadania completa. Hoje tive a oportunidade de falar com o governador Antonio Anastasia e disse a S. Exa. que gostei especialmente da união do trabalho com a assistência social. É fundamental que aconteça isso.

Portanto, presidente Hely Tarquínio, imagino que o deputado Antônio Carlos Arantes, nosso representante do café, deve estar preocupado neste momento, pois, infelizmente, esse café tão especial para nós é tão esquecido, notadamente, pelo governo federal. Mas temos V. Exa. sempre lutando aqui. Assim, quero falar do nosso apoio a essa iniciativa do governo de Minas. Espero que venham outras para que tenhamos uma máquina cada vez mais enxuta e com mais recursos para investimento na vida das pessoas em Minas Gerais.

Muito obrigado, deputado Hely Tarquínio. Receba do deputado João Leite toda a nossa admiração.

O presidente - Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 5/8/2013, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Cabo Júlio

nomeando Marcelo Antônio do Nascimento para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas.

Gabinete do Deputado Romel Anízio

exonerando Vanusa Aparecida Alves do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c o artigo 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, 16.833, de 20/7/2007, 17.637, de 14/7/2008, 18.803, de 31/3/2010, 19.838, de 2/12/2011, 20.337, de 2/8/2012, e 20.693, de 22/5/2013, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e da Resolução nº 5.086, de 31/8/1990, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 1º/7/2013, o servidor José Luís Primo, CPF nº 174.713.976-91, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, padrão VL-52, classe III, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

Nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II, III e IV do artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, c/c art. 132 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais acrescido pelo artigo 48 da Emenda à Constituição nº 84, de 22/12/2010, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, 16.833, de 20/7/2007, 17.637, de 14/7/2008, 18.803, de 31/3/2010, 19.838, de 2/12/2011, 20.337, de 2/8/2012, e 20.693, de 22/5/2013, da Lei complementar nº 64, de 25/3/2002, dos artigos 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 1º/7/2013, o servidor Nicanor da Silva Valle, CPF nº 057.557.276-00, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, padrão VL-35, classe III, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

Nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, à vista do disposto no inciso II do § 1º do artigo 40 da Constituição Federal, observada a Emenda Constitucional nº 41, de 23/12/2003, c/c art. 36, inciso II, da Constituição Estadual, com a redação dada pelo artigo 9º da Emenda à Constituição nº 84, de 22/12/2010, e das disposições contidas na Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, assinou o seguinte ato:

aposentando, compulsoriamente, a partir de 10/7/2013, com proventos calculados em conformidade com os §§ 3º e 17 do art. 40 da Constituição Federal, e com a Lei Federal nº 10.887, de 18/6/2004, o servidor Ronald de Oliveira Rocha, CPF nº 186.127.337-15, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo-Consultor Legislativo, padrão VL-49, classe I, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

ATO DO SR. PRESIDENTE

Na data de 5/8/2013, o Sr. Presidente, nos termos da Lei nº 15.014, de 15/1/04, das Resoluções nºs 5.134, de 10/9/93, 5.198, de 2/5/01, e 5.295, de 15/12/06, c/c as Deliberações da Mesa nºs 2.043, de 29/5/01, 2.473, de 21/12/09, e 2.540, de 1º/8/2012, assinou o seguinte ato:

dispensando, a partir de 6/8/2013, Renan Pinto Domingos da Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Tecnologia da Informação.

AVISO DE LICITAÇÃO**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 61/2013****NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 128/2013**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 22/8/2013, às 10h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a contratação de empresa especializada para criação de projeto de sinalização e comunicação visual.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos "sites" www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.



Belo Horizonte, 6 de agosto de 2013.
Eduardo Vieira Moreira, diretor-geral.

TERMO DE ADITAMENTO ADT/115/2013

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Associação Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte - Assprom. Objeto: Prestação de serviços de adolescentes trabalhadores. Objeto do aditamento: segunda prorrogação, sem reajuste de preço. Vigência: 12 meses a partir de 2/11/2013. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.